

Internet, psicopolítica e neoliberalismo no Brasil: entre os usos de mídias e aplicativos digitais e os novos trabalhos em contexto de crise

*Internet, psychopolitics and neoliberalism in Brazil: between
the uses of digital media and apps and new works in the
context of crisis*

■ Julio Marinho Ferreira

Resumo

Este trabalho discute as novas possibilidades laborais a partir dos usos de internet (mídias e redes sociais), de aplicativos de entrega e mobilidade e por último o emprego de captura de dados on-line como uma matéria-prima para um novo capitalismo no Brasil atual. Com isso, são apresentadas indagações que versam sobre a gradual inserção do modelo chamado de capitalismo de vigilância na sociedade, e um tipo de neoliberalismo que apresenta os usos de dados digitais e as capturas de subjetividades como ferramentas para extração de comportamento digital, transformando os usuários dessas possibilidades interativas em mercadorias trocadas e vendidas por Big Tech. Dessa forma, em exemplos concernentes ao mundo digital e as potencialidades do virtual na internet, busco em uma discussão sociológica tecer comentários acerca da captura mercantil de dados digitais de usuários on-line e sua reconfiguração em possibilidade laboral.

Palavras-chave

Sociologia. Internet. Neoliberalismo. Digital. Trabalho.

Abstract

This work discusses the new job possibilities from the uses of the internet (media and social networks), delivery and mobility applications (apps), and finally the use of online data capture as a raw material for a new capitalism in Brazil today. Thus, some questions are presented that deal with a gradual insertion of the model called surveillance capitalism in society, and a type of neoliberalism that presents the uses of

digital data and the capture of subjectivities as tools for extracting digital behavior, transforming users of these interactive possibilities in merchandise exchanged and sold by Big Tech. Thus, in examples concerning the digital world and the potential of the virtual on the internet, I seek in a sociological discussion to comment on the commercial capture of digital data from online users and its reconfiguration into a work possibility.

Keywords

Sociology. Internet. Neoliberalism. Digital. Labour.

Introdução

Esta análise discute certos impactos relativos aos usos de mídias sociais no contexto brasileiro atual e o surgimento de possibilidades de trabalho nas mídias e redes sociais digitais. Essas “formas de trabalhar” poderiam estar atreladas à dimensão neoliberal do empresário de si mesmo dentro de uma digitalização da vida para um número cada vez maior de indivíduos (usuários do digital). Contudo busco entender se essa ação afetaria (ou não) às relações sociais ao impor novas regras de existência, tendo na exposição e na manipulação de uma imagem de si (ou autoimagem) como ferramenta de trabalho frente a sociedade (neoliberal).

Ademais essa lógica, vista como alternativa, reconfigurou certas ações ao promover “novas profissões” como a chamada uberização, onde relações de trabalho são individualizadas e invisibilizadas assumindo uma simples aparência de prestação de serviços (ANTUNES, 2020, p 11), *gig economy*, onde arranjos precários criam novas formas de trabalho (WOODCOCK, 2020, p. 23) e por último, os(as) *digital influencers* (influenciadores digitais) que visam tornar suas atividades on-line em perfis digitais como uma espécie de profissão. E através da manutenção de uma reputação on-line (em mídias sociais), a noção do empresário de si mesmo (Foucault, 2008) e as (novas formas) de existência a partir da exposição podem afirmar o neoliberalismo como uma prática econômica reconfigurada pela digitalização dos espaços laborais.

O modelo capitalista que aponta para a vigilância (Zuboff, 2021) surge como uma forma dessa ação, onde os dados on-line (Big Data), sua venda como matéria-prima e a produção de capital para os grandes monopólios e duopólios acham desafogo na internet e no digital, tornado mercado. Assim, nesta discussão na mirada em usuários de aplicativos (apps) de mobilidade (Uber e 99 Táxis), de entrega de mercadorias (IFood, Uber Eats e Rappi) e com usuários do YouTube, busco uma compreensão sociológica para o crescente trabalho na era digital, onde a ubiquidade da internet dentro da nova reconfiguração global causada pela pandemia de Covid-19, possibilita certas críticas. Com isso, tendo como

metodologia de análise coleta de dados secundários e algumas entrevistas, busco essa compreensão.

Outros elementos teóricos dão conta da formação e a da constante manipulação da reputação on-line, evocando o domínio de psiques ou psicopolítica (Han, 2018) e o *Digital Labour* (Lisdero e Scribano, 2019). Emergindo, assim, aos indivíduos como uma alternativa no atual contexto de crise e mudança, e enquanto forças combinadas tendem a moldar, a modular e a controlar (Deleuze, 2020) essas *existências* on-line, podendo gerar um novo tipo usuário, nomeado de *Homo Panopticus* – indivíduo consumidor de imagens, ao mesmo tempo, sendo consumido ao ser metamorfoseado em dados. Ou seja, existindo pela reputação do que expõe nas interfaces do on-line, percebendo que a exposição em redes sociais digitais poderia ser transformada (deslocada) em um (novo) jeito de trabalhar.

Uma breve cronologia da internet no Brasil: práticas neoliberais e a inclusão digital (tardia)

O modelo de internet tornado popular no Brasil a partir da segunda metade dos anos 1990, se pode cogitar, como sendo uma ferramenta quase exclusiva às classes mais altas, tendo em vista as formas de conexão demandadas: acesso à uma linha telefônica de alta qualidade e vivência em cidades com cobertura em função de fatores urbanos como postes, fiação etc. Contudo, não seria exclusiva ao ambiente brasileiro, já que ao redor do mundo a conexão via redes telemáticas envolveu uma logística e uma reconfiguração do espaço social.

De qualquer modo, deflagrou-se uma nova relação com o mundo, em que o computador foi levado a desempenhar um papel central. O alcance dessa reviravolta assumiu todo o seu sentido com a criação da internet, ou seja, o desdobramento de uma comunicação humana mediada por computador (LOVELUCK, 2018, p. 39).

Dessa forma certos fatores sociais puderam ser mensurados pela introdução gradual dos computadores na vida das pessoas. Contudo: “A internet se apresentou como um instrumento de liberdade que contem, em seu bojo, condicionantes e possibilidades de controle” (LOVELUCK, 2018, p. 39), e a ideia de uma máquina (computador) que simplesmente executa comandos (algoritmos), deve ser entendida como uma ferramenta de ruptura, a ser usada, dentro de um contexto social:

Assim, o computador foi além de seu estatuto inicial de calculadora para se tornar um “sistema de informação” capaz de comunicação; uma transição que não era, de modo algum, evidente. E a forma assumida por essa instalação em rede foi completamente original, marcando uma ruptura com os princípios de telecomunicações vigentes na época (LOVELUCK, 2018, p. 41).

Ademais, tendo em vista os elementos relativos aos computadores e à internet, como em suas origens, e relações, com o modelo de sociedade atual, o aspecto presente na relação entre indivíduos e máquinas complexas, e seus usos aponta para dimensões subjetivas, nas quais o digital e o virtual despontam, mas não apenas. Nesse sentido, para relacionar o digital com as potencialidades da sociedade atual, onde essa “internet” parece ter uma dominância como formadora de subjetividades, se faz necessária uma breve síntese de sua origem e sua inserção no social.

Pontuando que essa “rede internacional” nasceu de estudos da cibernética e de informática nos anos 1940 aplicadas ao complexo industrial-militar norte-americano (guerra, espionagem e vigilância) na chamada ARPANET (*Advanced Research Projects Agency Networks*), posteriormente servindo como uma potente ferramenta para o contexto social da Guerra Fria (1945-1991). Segundo Benjamin Loveluck (2018, pp. 41-42): “De forma bastante sucinta, ela pode ser definida como a tradução técnica de princípios de organização e de processamento da informação, baseadas na digitalização”.

No entanto, em razão de uma reviravolta que merece ser estudada com maior profundidade, essas tecnologias destinadas inicialmente a servir aos interesses de Estado, de seu aparelho tecnocrático e de suas ambições belicosas, acabaram materializando um programa de emancipação e uma alteridade ao poder centralizado (LOVELUCK, 2018, p. 12).

Em suma:

A concepção da Arpanet começou em 1966 e foi oficialmente implantada em 1969, sob a direção de Lawrence Roberts. De acordo com esse autor, o objetivo inicial consistia em partilhar o tempo de cálculo de computadores mais poderosos porque as demandas de recursos computacionais aumentavam muito rapidamente e as infraestruturas para responder a tais solicitações eram lentas e dispendiosas (LOVELUCK, 2018, p. 46).

Partindo da origem militar da internet (ARPANET) e mirando os usos mais modernos da mesma, a partir de sua privatização nos idos de 1980-90, dentro das chamadas web 1.0 e 2.0 (Rüdiger, 2016), se nota a importância dessas redes para a formação de um modelo social informacional, onde a comunicação via redes seria fundamental para a descentralização da internet e, assim, promover outras formas de interação:

A rede se apresenta como uma montagem social e tecnológica em que são reconfiguradas com vigor as interações humanas, a constituição das identidades, o sistema econômico, as possibilidades políticas – ou, de maneira mais sucinta, *o poder de ação das sociedades sobre si mesmas* (LOVELUCK, 2018, p. 12).

E esse modelo digital e seus impactos na formação de novas realidades sociais, expressas pelas redes e por suas possibilidades comunicacionais (afetos, trabalho etc.) se

tornou um *objeto atual* para as ciências sociais, no caso, de uma Sociologia Digital (Miskolci e Balieiro, 2018). Para os citados sociólogos brasileiros, essa recente forma de sociologia:

(...) é uma área de pesquisa em construção e tem articulado um conjunto vasto e diverso da produção sociológica que, há aproximadamente duas décadas, investiga a emergência e a disseminação das tecnologias de comunicação em rede (p. 133).

Ademais, com o modelo interativo web 3.0¹ (ou terceira onda da internet), os aplicativos estariam melhor estruturados e complexos, permitindo aos usuários uma personalização mais fiel, assim, tornando a internet mais interligada aos indivíduos e às suas práticas, dentre elas, o trabalho como uma prática digitalizada (LUPTON, 2015). Dessa forma, os perfis on-line e o comportamento dos usuários poderiam se tornar mais fluídos e interativos. Entretanto, pontuo que as redes sociais não seriam “uma invenção” da internet e de seus engenheiros, já sua relação com a interação social deve ser entendida a partir dos usos informacionais dessa ferramenta complexa (redes sociais digitais, aplicativos etc.).

Além disso, certos fatores econômicos entendidos a partir do que seria o neoliberalismo ou um modelo surgido a partir do final da década de 1970, que pregando formas de liberdades absolutas e uma passividade estatal frente à economia e gerenciamento de outras instituições auferiu novos parâmetros ao social. Assim, essa doutrina econômica chamada de neoliberal, contestada e contextualizada por inúmeros teóricos, dentre eles Pierre Dardot e Christian Laval (2016) e Byung-Chul Han (2018), pode ser apresentada como um par ao modelo capitalista de vigilância (Zuboff, 2021).

Assim, para Dardot e Laval (2016, p. 07) o neoliberalismo: “É um sistema normativo que ampliou sua influência ao mundo inteiro, estendendo a lógica do capital a todas as relações sociais e a todas as esferas da vida”.

Além dos fatores sociológicos e políticos, os próprios móveis subjetivos da mobilização são enfraquecidos pelo sistema neoliberal: a ação coletiva se tornou mais difícil, porque os indivíduos são submetidos a um regime de concorrência em todos os níveis. As formas de gestão na empresa, o desemprego e a precariedade, a dívida e a avaliação, são poderosas alavancas de concorrência interindividual e definem novos modos de subjetivação (p. 09).

E tendo como exemplo desses regimes de concorrência atualmente, pode-se notar no trabalho digitalizado, seja em aplicativos ou nos usos de perfis on-line, elementos neoliberais que precisam ser entendidos. Dessa forma: “No capitalismo financeiro atual, os valores são radicalmente eliminados. O regime neoliberal introduz uma era de esgotamento. Hoje explora-se a psique”. (HAN, 2018, p. 46). E como pretendo mostrar mais adiante, essas

¹ Use Mobile, “Web 4.0: Quais as expectativas para o futuro da rede?” Abril de 2019. Disponível em: <https://usemobile.com.br/web-4-0-quais-sao-as-expectativas-para-o-futuro-da-rede/> Acesso em janeiro de 2021.

formas de esgotamento acabam convergindo em um novo modelo laboral, contudo se faz necessário a inclusão (novamente) da internet e seu papel para o Brasil atual.

Como ilustrativo cito o IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística) que em uma amostragem (Pesquisa Nacional por Amostragem de Domicílio – PNAD) executada no ano de 2019 e divulgada em abril de 2021², apontou que 82,7 % dos domicílios brasileiros tem acesso à internet (um aumento percentual de 3,6 % em relação a 2018). Além disso, houve crescimento de conexão nas áreas rurais, onde um salto significativo de 49,2 %, em 2018, para 55,6 % em 2019, ou seja, um aumento de 6,4 pontos percentuais.

Nos domicílios urbanos, a utilização da internet subiu de 83,8 % (2018) para 86,7 % (em 2019), e como demonstrado na amostragem, esses aumentos ocorreram em todas as grandes regiões do Brasil, tendo por exemplo, a região nordeste onde um aumento de 5,2 pontos percentuais pôde ser notado, ou seja, em 2018 eram 69,1 % e em 2019 foram 74,3 %. Entretanto, no mesmo levantamento se notou que em 12,6 milhões de casas não havia acesso à internet, às quais foram elencadas estas razões:

- a) Falta de interesse (32,9 %);
- b) Serviço de acesso caro (26,2 %);
- c) Nenhum morador usar internet (25,7 %).

Ainda considerando os dados do Ministério das Comunicações (MCOM) sobre os usos de internet no Brasil, os dados relativos aos tipos de conexão também precisam ser levados em conta. A banda larga móvel passou de 80,2 % dos domicílios em 2018 para 81,2 % em 2019. Já a banda larga fixa passou de 75,9 % para 77,9 %, e os domicílios com os dois tipos de conexão saltou de 56,3 % em 2018 para 59,2 % em 2019, onde o celular continuou como a principal ferramenta (99,8 % dos domicílios) seguido por computador (45,1 %), TV (31,7 %) e por último *tablets* (12%).

A análise de outros dados informacionais no contexto nacional contemporâneo envolve uma análise sobre a relação entre a renda e a portabilidade – já que o Brasil é um dos países que mais passam conectados na web. Segundo uma pesquisa produzida em 2020 pelo site *We Are Social*, em parceria com o *Hootsuite*, o tempo médio que o brasileiro passa conectado é de 3 horas e 31 minutos, ocupando o terceiro posto entre os países que mais

² Ministério das Comunicações, “Pesquisa mostra de 87,2 % dos domicílios brasileiros têm acesso à internet”. Abril de 2021. Em: <https://www.gov.br/mcom/pt-br/noticias/2021/abril/pesquisa-mostra-que-82-7-dos-domicilios-brasileiros-tem-acesso-a-internet> Acesso em junho de 2021.

usam redes sociais, sendo que os primeiros são: Filipinas (3:53h) e Colômbia (3:45h)³. Essa possibilidade de toda uma nova massa de consumidores inseridos no mundo digital e no Brasil com o amplo e massificado uso dos aparelhos smartphones⁴, onde: “se torna pauta pública na medida de estar conectado se transforma em uma parte importante do acesso pleno à cidadania” (CARMO, DUARTE e GOMES, 2020, p. 07).

Já que um cidadão, no modelo brasileiro atual, precisa de uma forma de inserção ao mundo trabalho que estaria se mesclando ao digital. Contudo, para que essa “inclusão digital” de fato exista, segundo Mori (2012) haveria a demanda de três estágios básicos: acesso às Tecnologias de Informação e Comunicação (TIC), alfabetização digital e apropriação de tecnologias.

Esses três pontos são sentidos na ação dos trabalhadores on-line, onde os mesmos precisam se apropriar de uma tecnologia (mídias, redes sociais e aplicativos) e usá-las (alfabetização digital) para poder se fazer valer como (possíveis) trabalhadores habilitados. Por exemplo, os entregadores de aplicativos (apps). Dessa forma: “No Brasil em um contexto de altas taxas de desemprego, aqueles que não possuem domínio e especialização no uso de tecnologias e internet podem ficar fora do mercado” (CARMO, DUARTE e GOMES, 2020, p. 24).

O contexto laboral brasileiro e o global impactados e metamorfoseados pelo digital tem sido estudado por sociólogos como Ricardo Antunes, que se debruçou nos aspectos da uberização na vida dos trabalhadores na chamada *gig economy*⁵ e por Shoshana Zuboff (Estados Unidos), buscando entender a transformação do capitalismo em uma ferramenta de vigilância digital e psíquica, agindo como um *capturador* de dados disponibilizados por usuários da internet. Partindo dos escritos de Antunes (2020) e exemplificando essa uberização:

(...) encontramos na Uber: trabalhadores e trabalhadoras com seus automóveis arcam com as despesas de seguras, gastos de manutenção de seus carros, alimentação, limpeza etc., enquanto o “aplicativo” se apropria do mais-valor gerado pelo sobretrabalho dos motoristas, sem nenhuma regulação social do trabalho (p. 12).

³ Visia, “Brasileiro fica 3 horas e 31 minutos por dia nas redes sociais”. Agosto de 2020. Em: <https://www.agenciavisia.com.br/news/brasileiro-fica-3-horas-e-31-minutos-por-dia-nas-redes-sociais/> Acesso em setembro de 2020.

⁴ O Brasil, na mesma pesquisa, possuía mais de 200 milhões de aparelhos smartphones, ou seja, havendo quase um aparelho para cada habitante, onde 150 milhões podem fazer uso diário das potencialidades da web com aparelhos habilitados ao tráfego digital. E esses usuários de redes sociais digitais contam mais de 140 milhões.

⁵ Ou *Gig Workers*, ou seja, trabalhadores independentes usuários de plataformas digitais, mas não apenas, que se adaptam a um modelo econômico de demanda de clientes onde não haveria vínculos empregatícios. Sendo que essa forma de trabalho favorece, na maioria das vezes, as grandes empresas, como as gestoras do digital (*Big Tech*) por exemplo.

Assim, a discussão de Antunes (2020) acerca dos impactos da interação massificada na vida de usuários de interfaces digitais como aplicativos (em 2020) procura elencar o papel do “discurso empresarial que se expandia no universo informacional-digital estampava muita euforia: *plataform economy, crowdsourcing, gig economy, home office, home work, sharing economy, on-demand economy*, entre tantas outras denominações” (ANTUNES, 2020, p. 19), isso em decorrência da pandemia do Covid-19, que deflagrou (além de medo e morte) uma nova crise no mercado de trabalho.

Já na visão de Zuboff (2021) que há décadas vem estudando os impactos da alta tecnologia de informação na vida dos trabalhos, os usos mais recentes da internet apontam para um novo capitalismo, onde a vigilância e a mineração de dados seriam as formas de ação:

O imperativo de extração exige que tudo seja possuído. Nesse novo contexto, bens e serviços são meras rotas de suprimento vinculadas à vigilância. Não é o carro; são os dados comportamentais extraídos do ato de conduzi-lo. Não é o mapa; são os dados comportamentais gerados a partir da interação com ele. O objetivo aqui está de modo contínuo expandindo fronteiras que acabam por descrever o mundo e tudo dentro dele, o tempo todo (ZUBOFF, 2021, p. 158).

O papel do digital e de suas potencialidades subjetivas parece, gradualmente, ter se tornado uma obrigação:

Além disso, não utilizar a internet acarreta prejuízos de ordem cultural. Como um dos principais meios de comunicação da atualidade, a internet pode viabilizar a troca e produção de informações e entretenimento. Estar conectado às redes permite que o indivíduo esteja exposto a uma gama de conteúdos e informações que serão importantes para a sua formação pessoal e desenvolvimento de simbologias que identificam coletivos e formam culturas (CARMO, DUARTE e GOMES, 2020, p. 24).

Esse mercado fragilizado encontrou no regime do trabalho digitalizado um desafogo e alternativa mais viável, já que essas formas laborais se mostraram instantâneas, ou seja, não demandam uma qualificação muito específica, apenas uma inserção digital. E a posse de uma conta em uma mídia social ou aplicativo, pode bastar como um ambiente laboral a indivíduos ausentes de uma política de empregos. Como percebido pelo portal on-line *DigiLabour*, o crescimento dos usos de mídias e redes sociais como um ambiente de trabalho cresceu no Brasil dos últimos anos⁶.

Retomando o excerto (linhas acima) de Zuboff (2021), são apontados três elementos para o entendimento da exploração do digital sobre os indivíduos através dos usos de mídias, redes sociais e apps. Assim: “O objetivo desse empreendimento não é impor normas

⁶ Ver: <https://digilabour.com.br/>

comportamentais, tais como conformidade e obediência, e sim gerar um comportamento que conduza, de forma confiável, definitiva e certa, aos resultados desejados” (ZUBOFF, 2021, p. 235).

Assim, o estar on-line é um veículo para a circulação de dados que acabariam capturados, usados, vendidos e trocados por essas mesmas mídias digitais e aplicativos, que na figura de seus detentores (*Big Tech*) produziram somas exorbitantes em prol da vigilância e de tornar o trabalho cada vez mais um ente volátil na sociedade capitalista neoliberal atual.

Trabalho informatizado e sua relação com a psicopolítica: discutindo aspectos das novas profissões digitais

Como citado acima, ou seja, acerca dos usos da internet e de suas origens militares e acadêmicas, e partindo para o entendimento do atual contexto brasileiro, é importante pontuar que na relação entre o trabalho formal e o digital permite enxergar certos elementos relacionados aos indivíduos, ou melhor dizendo:

A simbiose entre trabalho informal e mundo digital vem permitindo que os gestores possam também sonhar com trabalhos ainda mais individualizados e invisibilizados. Ao perceber que o isolamento social realizado sob a pandemia vem fragmentando ainda mais a classe trabalhadora, assim, dificultando as ações coletivas e a resistência sindical, procuram avançar também na ampliação do *home office* e do teletrabalho (ANTUNES, 2020, p. 21).

Na evolução das redes digitais e seus usos, levando em conta os aspectos citados acima por Antunes (2020), ou seja, na simbiose entre um real e o digital, e seu modelo anterior, a internet precisa ser entendida:

Até então, o modelo implícito de qualquer rede de computadores consistia, na verdade, em uma “rede centralizada”: um computador central suscetível de ser questionado a distância por terminais a fim de compartilhar o seu uso. Mas essa maneira de organizar o time-sharing esbarrava nomeadamente nos limites das telecomunicações da época – a comutação por circuitos (LOVELUCK, 2018, p. 50).

E seguindo no entendimento de Loveluck (2018): “A comunicação em um modo analógico (telefonia, radar etc.) era então separada claramente da computação de um modo digital (informática)” (p.50). Essa historicidade da internet, e sua gradual inserção na vida das pessoas, é um elemento importante para a discussão que propus até aqui, assim, posso tentar entender o modelo de “profissão” atualmente tornado comum: o chamado influenciador digital (*digital influencer*).

Esses indivíduos, fruto de uma sociedade informacional-digital, pode ser tanto um produtor de conteúdo como um usuário, ou melhor, *producer*⁷, (BROWN; QUAN-HAASE, 2012, p. 488) que via mídias e redes digitais como Facebook, YouTube, Instagram, Twitter etc. pode utilizar sua imagem e opiniões como ferramentas de reputação, com isso, visando um número crescente de seguidores. Posteriormente, os *mesmos seguidores* poderiam se reconfigurar em clientes, gerando para o influenciador uma legitimidade e uma autenticidade como pretendo trabalhador do digital. Esses influenciadores, também, podem se estabelecer como anunciadores para diversos tipos de produtos – agindo como um novo aparato digital que é a expressão material do imperativo de predição dominado pelas *Big Tech* e propagado pelas funcionalidades da comunicação via redes.

Mas, inicialmente, a rede foi pensada e concebida como uma “arquitetura aberta”, ou seja, para funcionar como um sistema capaz de se desenvolver de forma autônoma, a partir de um modelo orgânico, sem deixar de promover uma cultura de intercâmbio, de circulação de informação e comunicação baseada na igualdade formal e na maior abertura possível (LOVELUCK, 2018, p. 56).

Representando um tipo de poder inédito animado pela compulsão econômica no sentido da certeza, as redes se transformaram de aliadas aos usuários às armadilhas gestadas por grandes corporações digitais. E o *digital influencer*, ou seja, um formador de opinião e criador de conteúdo a partir de mídias sociais digitais, são utilizados como propaganda pelas *Big Tech*, já que esses influenciadores começaram como anônimos e devido ao sucesso de suas postagens conseguem fechar parcerias com grandes empresas e ficar ricos⁸.

Por exemplo, Whindersson Nunes, Felipe Neto e seu irmão Lucas Neto⁹ mantêm rendas astronômicas devido a reputação, legitimidade e autenticidade conquistadas pela formação de milhões de seguidores. Influenciar digitalmente deve-se a certos pressupostos: primeiro pela forma interativa buscada pelos citados *youtubers*, criação de conteúdo de cunho engraçado e infantil e, segundo, por suas capacidades de vender produtos a todo instante (se valendo da ubiquidade da internet) para os mais variados públicos.

Ao apresentar elementos críticos acerca do uso acrítico do digital, dois vetores podem emergir: os ideais iniciais de computação ubíqua e os imperativos econômicos do capitalismo de vigilância. E esse encontro assinala a metamorfose da infraestrutura digital “*de uma coisa que temos para uma coisa que nos tem*” (ZUBOFF, 2021, p. 236). Sua relação

⁷ Neologismo oriundo da fusão das palavras inglesas *producer* e *user*, respectivamente produtor e usuário.

⁸ Neil Patel, “Digital Influencer: O que fazer para se tornar um em 2021”. Abril de 2021. Em: <https://neilpatel.com/br/blog/digital-influencer/> Acesso em junho de 2021.

⁹ Respectivamente 41,8 milhões de seguidores, 41,3 milhões e 33,8 milhões de seguidores no YouTube. Números de fevereiro de 2021.

com vida dos indivíduos se mostrou a Han uma forma anterior ou já superada de entendimento da realidade capitalista e neoliberal. Nessa perda de laços se pensa na psicopolítica, que o mesmo Han (2018) teorizou como o novo jeito de ser dentro do neoliberalismo, que cada dia promove formas de desespero em relação as esferas do social:

O capitalismo de consumo, além disso, introduz emoções para criar necessidades e estimular a compra. O *emotional design* molda emoções e padrões para maximizar o consumo. Hoje, em última análise, não consumimos coisas, mas emoções. Coisas não podem ser consumidas infinitamente, mas emoções sim. Emoções se desdobram para além do seu valor de uso. Assim, inaugura-se um novo e infinito campo de consumo (HAN, 2018, p. 66).

Essa psicopolítica como sendo o domínio neoliberal do intelecto humano, das emoções e dos sentimentos, ou a etapa seguinte do que Foucault chamou de sociedade disciplinar e de modelo social panóptico (2006). Ademais, friso, principalmente a questão que tange à chamada biopolítica (Foucault, 2010), que envolve a gestão dos corpos e sua docilização em um contexto capitalista (que seria mais energético e menos psíquico). Entretanto, ao retomar os escritos de Foucault, Han esclarece:

Na sociedade disciplinar, cujo funcionamento está acima de tudo, as emoções representam em primeiro lugar um estorvo, portanto, devem ser erradicadas. A “ortopedia concertada” da sociedade disciplinar tem que formar uma máquina sem sentimentos (*gefühllos*) a partir de uma massa informe. As máquinas funcionam melhor quando emoções e sentimentos estão completamente desligados (2018, p. 66).

Outro aspecto importante desse neoliberalismo psíquico é o *liso* (Han, 2019), que afeta a ideia de um existir on-line ao promover um tipo de busca e (novas) necessidades que afetam o modo de ser dos indivíduos (uma estética de beleza, de algo que seja fácil de passar as mãos, ou seja, um liso). Entretanto o corpo está em crise por se tornar dados (HAN, 2019, p. 25), registros e produtos consumidos por outros, ao mesmo tempo, se perdendo por não manter laços (vínculos com o real).

E o trabalho, aspecto no qual os corpos são vetores enérgicos, acabam ressignificados, como nos exemplos de influenciadores digitais. Sendo deslocados cognitivamente: “a demanda atual não é apenas por competência cognitiva, mas também emocional” (HAN, 2018, p. 66). E Foucault (2008; 2010) notou nas mudanças nas quais as sociedades ocidentais (anos de 1970 e 1980) passavam, a partir da disseminação do neoliberalismo e seus impactos sobre os sujeitos, melhor percebido dentro do contexto de uma sociedade altamente informatizada e controlada por uso de tecnologia complexa (computadores e outras interfaces).

Como notado por Han (2018) a respeito de Foucault e de suas teorias sobre o poder e a disciplina aplicada aos corpos na modernidade:

O poder soberano se exprime como direito de dispor e tomar. A sociedade disciplinar, ao contrário, aposta na produção. É uma era de ativa produção industrial de valor. Mas essa era na qual se realizava uma verdadeira criação de valor é passada. No capitalismo financeiro atual, os valores são radicalmente eliminados. O regime neoliberal introduz uma era de esgotamento. Hoje explora-se a psique (HAN, 2018, p. 46).

Ademais na ideologia neoliberal de otimização pessoal (dos corpos) sentida por Foucault (2008) no final da década de 1970, que Han (2018) pontuou como tendo vazão nos ambientes digitais (dos anos 2010 em diante), pregaria uma interação digitalizada constante.

A otimização é um imperativo que explora tudo, até mesmo a dor (HAN, 2018, p. 48), e naquele contexto, os corpos disciplinados do trabalho fabril ao passar aos dias atuais, inflexionados com o advento dos usos dos computadores pessoais e da informatização social, fazendo emergir novos processos de subjetivação. Contudo, Foucault não teorizou sobre a sociedade informacional, ao contrário de Gilles Deleuze (2020), que viu naquele momento o nascimento de uma *sociedade de controle*.

O controle, aos moldes *deleuzianos*, expressa uma relação direta com o capitalismo, e suas transformações oriundas do espaço-tempo, principalmente, de um modelo social informatizado dos computadores e da alta tecnologia. O controle para Deleuze (2020) remete à capacidade de tornar os indivíduos cativos por suas dívidas, advindo da superação do modelo de sociedade disciplinar (prisões, quartéis, escolas, etc.) de Foucault¹⁰, onde os confinamentos agiriam como moldes para uma sociedade de controle e os dispositivos de poder aparecem e se comportam como modulações.

A fábrica e os salários (os moldes disciplinares) uma vez que a fábrica como uma das formas de confinamento típicas das sociedades disciplinares, visam promover um equilíbrio, tanto na produção em larga escala (sua parte alta) como nos salários, sua parte baixa (Foucault, 2006). Atualmente com a sociedade informacional-digital, os indivíduos interagindo nos ambientes das mídias digitais, acabam se tornando clientes em uma lógica neoliberal dentro de um capitalismo de vigilância (Zuboff, 2021).

Ao entrar em contato com os novos trabalhadores do contexto on-line, como motoristas de aplicativos de mobilidade (Uber e 99 Táxis), entregadores de diversas mercadorias e alimentos pedidos via IFood, Uber Eats e Rappi, a questão do tempo se mostra latente, já que esses indivíduos precisam cumprir metas relativas aos minutos e segundos. A

¹⁰ Michel Foucault tratou do tema em várias de suas obras nos anos 1970, em especial, *Vigiar e Punir. O nascimento da prisão*, onde teorizou a relação da sociedade moderna e capitalista com os aparatos e instituições que visaram a normalização dos corpos, por exemplo, o modelo de prisão panóptica do filósofo utilitarista Jeremy Bentham (final do século XVIII).

lógica 24/7 (Crary, 2014) e a forma de trabalho 9-9-6, na qual uma jornada de trabalho deveria ser de 12 horas por dia, seis dias por semana, são muitas vezes excedidas por esses trabalhadores, citando um dos entrevistados, me relatou alguns problemas, como cansaço excessivo e pouco retorno financeiro.

A.C¹¹ é um homem na faixa dos 50 anos aposentado por problemas de saúde (aspecto não esclarecido pelo mesmo por aparentar ser algo íntimo), morador da cidade de Pelotas, Rio Grande do Sul, Brasil, exercendo a função de motorista de aplicativo Uber e 99 Táxi a pelo menos 3 anos (essa entrevista ocorreu no início de 2020). A rotina de trabalho de A.C como motorista de app, segundo o mesmo, se dá das 8 da manhã até a meia-noite, quase todos os dias, ou seja, em média 16 horas diárias – lembrando as estafantes cargas horárias dos trabalhadores no capitalismo em seus primórdios.

O chamado Operaísmo Digital (*Digital Workerism*) vêm há anos estudando a relação dos trabalhadores em modelos clássicos de trabalho frente às “novidades” propostas pela inserção gradual das plataformas digitais em suas realidades sociais, já que: “Com muita frequência, o foco de pesquisas não está nas novas formas de composição de classe, mas em uma preocupação limitada a tecnologias e algoritmos” (ENGLERT, WOODCOCK e CANT, 2020, p. 51). E ainda com Englert, Woodcock e Cant (2020), esse tipo de capitalismo que circula pelo digital apresenta inúmeros paralelos com os modelos passados de trabalho (séculos XIX e XX), onde a carga de exploração do trabalhador se mantinha alta (12-16 horas ao dia). E algumas falas de A.C parecem apontar para essas problemáticas.

Abaixo transcrevo (resumidamente) alguns pontos discutidos com A.C em dois encontros, que dialogam com a discussão sobre os novos formatos de trabalho no contexto atual, e a “liberdade de ser seu próprio patrão”:

Pergunta: Qual é a sua percepção acerca de trabalhar como motorista de aplicativos?

Resposta: “*Foi para poder controlar mais o meu tempo, antes quando era motorista de taxi, não tinha muito certo os horários, agora posso ativar e desativar o aplicativo quando quiser, assim me sinto mais dono de mim*”.

Pergunta: Isso seria algo positivo?

Resposta: “*Posso dizer que sim, posso ganhar mais e ter o controle de meu trabalho, além de poder descansar quando quiser, posso parar o carro na garagem e ligar só no outro dia. Não tenho que prestar contas para nenhum chefe, e isso é bom, menos estresse*”.

Pergunta: Você recomendaria o trabalho em aplicativo para outras pessoas?

¹¹ Por questões éticas, o entrevistado é apresentado com um pseudônimo como uma forma de preservar sua identidade.

Resposta: “*Acho que sim, eu vejo como um bom trabalho isso do digital, da internet, de dar oportunidade para a gente, hoje tudo está cada vez mais corrido e dá até para arranjar casamento pela internet. (Risos). Mas não sei, pensando bem, digo que sim, mas não para muitas pessoas, já que posso perder meu espaço, meu lugar, meus clientes...*”.

Um dos elementos mais marcantes das conversas com A.C foi quando me disse que sentia as vezes que sua alma estava ligada ao aplicativo, que a voz que direcionava as coordenadas parecia habitar seus sonhos à noite, *aquela voz de mulher robótica*. Algo que aproxima ao que Han (2018) chamou de psicopolítica, ou seja, uma política imposta sobre as almas dos indivíduos.

Ademais, é importante citar as relações preexistentes de A.C. enquanto um taxista pelotense e seu capital social conquistado por esse trabalho “mais clássico”. Como frisado por Englert, Woodcock e Cant (2020), a gigante global Uber e outras empresas não disponibilizam carros aos motoristas, e aqueles que não os possuem precisam alugá-los, tornando seu trabalho mais pesado, já que deveriam, além de buscar renda para sua existência, arcar com o aluguel dos automóveis. No caso do entrevistado A.C, ele possui seu próprio carro, um modelo Volkswagen Voyage de 2010¹².

Além disso, na imersão e no cancelamento das atividades, dentro das possibilidades de “ser livre”, como notado por A.C, advogam novas prerrogativas que escondem uma “liberdade travestida de prisão”. Assim: “coisa alguma conta até ser compilada como comportamento, convertida em fluxos de dados eletrônicos e canalizada como dados observáveis. Tudo precisa vir à tona para ser contado e vigiado” (ZUBOFF, 2021, p. 244), e a dimensão mais subjetiva do trabalho, no contexto do século XXI, não seria mais o modelo do trabalho das fábricas e do tempo de trabalho em si – horas, minutos, etc., deixando lacunas a ser preenchidas.

Os assim chamados aplicativos (ou apps) e plataformas digitais impõem aos/as trabalhadores/as, quase sempre, o rótulo de autônomos/as, sendo que são remunerados por tarefa ou lapsos temporais mínimos (como horas), sem qualquer garantia de jornada e de remuneração, o que acarreta implicações importantes na dinâmica da gestão e controle da força de trabalho (dada a ausência de compromisso explícito de continuidade). (FILGUEIRAS e ANTUNES, 2020, p. 64).

Partindo para os outros exemplos desta discussão, os influenciadores digitais, a quem o tempo dispendido nas mídias sociais digitais como YouTube, acabou se restringindo por

¹² E pretende comprar um mais moderno, já que a demanda de clientes pode aumentar em razão de carros que se mostram mais recentes, como os modelos Toyota, Hyundai ou Honda, “(...) para sobreviver, os(as) trabalhadores(as) são obrigados a arcar com o conjunto de custos de manutenção, comprando ou alugando carros e motos (...)”. (FILGUEIRAS e ANTUNES, 2020, p. 67)

alguns fatores: para aqueles que usam as potencialidades do digital como atividade laborais às 24 horas do dia e às cargas horárias de 8 horas diárias de trabalho seriam os fatores que potencializam o ato de ser dono de seu próprio, onde o tempo e a capacidade de gerar – subjetivamente – lucros a partir dos usos dessas mídias e redes seria uma busca, quase idealizada.

Entre um salário e uma carreira, suas dimensões e potencialidades deve-se levar em conta a partir de aspectos como a subjetividade voltada a capacidade de atrair “patrões”, ou seguidores no on-line, podendo ser dividida entre uma lógica de glamour (para os influenciadores digitais) e ou de exploração (para os motoristas de aplicativo). Além disso, uma forma de buscar reputação em ambientes digitais como um modo de incrementar currículos teria na pressa e no tempo em si os modos de articular uma maior relação entre criador de conteúdo e seus seguidores. Em suma, aquele(a) que posta mais, teria mais chance de ser respeitável (reputação) no contexto digital, assim, podendo angariar uma legitimidade unida à ideia de ser dono de si e poder trabalhar “livremente”.

A pandemia de Covid-19 no contexto brasileiro: capitalismo de vigilância e as formas laborais digitais em tempos de crise

A sociedade pautada por dados no ano de 2020, especialmente em função da crise sanitária causada pela pandemia mundial de Covid-19, apontou a relação de um público consumidor que se viu empurrado para o comércio digital (e-commerce) e suas potencialidades, inclusive laborais. Até junho de 2021, o Brasil contava com mais de 500 mil mortos pela Covid-19, contudo, o comércio digitalizado crescia vertiginosamente, apontando (e criando) formas laborais para toda uma massa de excluídos do mercado de trabalho, ou “o último empurrão que faltava para a inserção no digital”¹³.

Um trabalho na internet ou uma prática profissional digitalizada (Lupton, 2015) tendo como veículos seja a mídia social YouTube ou os aplicativos de mobilidade e alimentação, passou a ser entendida como uma profissão dos novos tempos, apontando para uma “necessária” digitalização da vida. Como percebido pelo sociólogo Claude Dubar (1997) a profissão é vista como uma prática que requer uma formação especializada além de

¹³ E-commerce Brasil, “Covid foi último ‘empurrãozinho’ para o digital, diz especialista em varejo”. Maio de 2021. Em: <https://www.ecommercebrasil.com.br/noticias/covid-foi-ultimo-empurraozinho-para-o-digital-diz-especialista-em-varejo/> Acesso em junho de 2021.

uma técnica definida. Entretanto, certas práticas veiculadas nas interfaces conectadas das mídias sociais não precisam de saberes técnicos ou conhecimentos científicos.

Dados relativos ao crescimento do número de entregadores de apps (*riders*), motocicletas ou bicicletas no contexto brasileiro em função da crise sanitária causada pela Covid-19 apontam para a inserção, inclusive de indivíduos com alta escolaridade como graduação e pós-graduação (em torno de 42 mil). Isso contraria certas visões que colocam esses trabalhadores como sendo de baixa escolaridade ou “não capacitados”. Na matéria divulgada pela agência de notícias *BBC News Brasil* em julho de 2020¹⁴ (a partir de dados do IBGE), fica claro que esses indivíduos precisam trabalhar muito mais que em outros tipos de emprego e recebendo remunerações menores (abaixo do salário mínimo, por exemplo).

Segundo a Associação de Motofretistas de Aplicativos e Autônomos do Brasil (AMABR), cerca de 10% da renda dos entregadores seria apenas para gastos com internet, sejam elas em planos pré ou pós-pago¹⁵. Ademais, a matéria visa acentuar a dimensão problemática latente no contexto pandêmico brasileiro de que esses trabalhadores mesmo tendo alta escolaridade, tiveram que utilizar esses aplicativos de entrega como forma de inserção laboral, já que suas habilitações não os contemplassem como empregos confiáveis e os gastos seriam suas responsabilidades.

Em torno de 3,7 mil trabalhadores tiveram que se afastar ou perderam seus empregos, devido ao isolamento, quarentena, distanciamento e férias relacionadas ao Covid-19. E durante aquele momento da pandemia (primeira metade do ano 2020), os trabalhadores que auferiam receber em torno de 520 reais por semana, tiveram que trabalhar pela metade. Sendo esse aspecto, que na visão deles, teria relação com o aumento de contingente de pessoas migando para essas possibilidades laborais dos aplicativos.

Na mesma matéria da *BBC News Brasil*, as empresas IFood, Uber Eats e Rappi ao serem inquiridas a respeito da possível exploração dos entregadores, tendo em vista questões sanitárias e aumento de número de pedidos, deram respostas evasivas: passando de uma ideia de transparência que procuram manter na relação empregador-empregado além do não aumento dos preços das entregas, aspecto decisivo que impactaria o salário dos entregadores. Contudo, ao expor que os fretes e valores de entregas variam de local a local, as referidas empresas afirmam ser essa uma prática comum a muitos apps de entrega. Em suma, as

¹⁴ BBC News Brasil, “Com pandemia, entregadores de app têm mais trabalho, menos renda e maior risco à saúde”. Julho de 2020. Em: <https://www.bbc.com/portuguese/brasil-53258465#:~:text=J%C3%A1%20quando%20se%20trata%20especificamente,de%202020%20j%C3%A1%20s%C3%A3o%20mais>

¹⁵ Idem.

empresas negam que haveria uma falta de transparência além da exploração dos entregadores e de uma política laboral a partir de baixos salários.

Ademais, poderia haver uma relação entre consumo digital e isolamento social? Segundo a mesma pesquisa sim, apontando para a precarização do trabalho e o aumento do número de entregadores, facilitando a exploração por parte dessas empresas. Tendo em vistas que as empresas citadas, ou seja, Uber, Uber Eats, 99 Pop, Rappi e IFood não criam vínculos empregatícios, justamente para não ter que se responsabilizar com questões e direitos trabalhistas (WOODCOCK, 2020; ANTUNES, 2020).

Como percebido por Shoshana Zuboff (2021) na questão acerca do capitalismo de vigilância e o superávit comportamental que articula ferramentas e modos de capturar os indivíduos, escondidas na ideia de livre circular das mídias digitais e aplicativos. Ainda nos exemplos dos entregadores de aplicativos, se deve pontuar que os mesmos acabariam por ser punidos por conexões de internet ruins, já que os clientes não receberiam suas encomendas, além de negativarem os aplicativos ao comentá-los (política da reputação e legitimidade), o que foi notado por Antunes (2020, p. 13): “É quase impossível, hoje, encontrar qualquer trabalho que não tenha alguma forma de dependência do aparelho celular”¹⁶.

Assim os trabalhadores digitais (LISDERO e SCRIBANO, 2019) também são categoria que tem sido analisada dentro do modelo de sociedade chamada de 4.0 (Lisdero e Scribano, 2019), apresentando novas formas e complexas relações entre trabalhadores – muitas vezes articuladas com questões emocionais ou sensibilidades. Na ideia da Sociedade 4.0 o trabalho e o trabalhador digital no processo de estruturação social acabaram alterando essa “sensibilidade” ou “política de sensibilidades”, sendo conjuntos de práticas cognitivas e afetivas direcionadas à produção, ao domínio e a reprodução de horizontes de ação, disposição e cognição (ALLMER, 2019; LISDERO e SCRIBANO, 2019).

Esses trabalhadores digitais, podendo ser influenciadores (ou não) e entregadores, evocam a questão do domínio do campo do virtual enquanto criador de possibilidades (Lévy, 1996), que esses mesmos indivíduos poderiam se apropriar. Com isso, gerando uma nova forma de produção de significados e símbolos em um ambiente de latência criativa, já que a produção de um capital simbólico relacionado aos usos do digital (imagem de si e um sucesso pela aparência) evoca o nascimento da busca por reputação enquanto um elemento emancipador e criador de “trabalhos” digitais. Entretanto o “sucesso e a riqueza” seriam

¹⁶ Os dados como uma matéria-prima (Zuboff, 2021), apontam para essa relação problemática, que parece defender às grandes empresas em detrimento dos trabalhadores.

metas alcançáveis por poucos indivíduos, podendo transformar o universo do digital (mídias e redes sociais) em uma utopia dos novos tempos.

Empresário de si mesmo: a construção de uma reputação on-line é uma garantia de trabalho?

O contexto social atual onde uma sociedade de conhecimento massificado, a qual uma rede mundial de computadores trouxe a questão da interação como ferramenta de aproximação (redes) e de formação de um público consumidor e crítico, se mostra relevante pensar os usos dessa mesma rede on-line como uma (nova) forma de trabalho. E isso mostra uma problemática ao se pensar o século XXI e os caminhos dessa mesma era altamente informatizada, já que os dados (data) se tornaram uma matéria-prima nas mãos de grandes empresas como o duopólio Google-Facebook (Zuboff, 2021).

Ao se pensar a informação (dados), a recorrente informatização da sociedade e os usos da internet e web somadas à necessidade de formar um público consumidor dentro de uma variada de produtos aponta para os indivíduos tornados consumidores em uma economia global. E o neoliberalismo enquanto um modelo econômico e político global, indo muito além de uma simples ideologia (Dardot e Laval, 2016), “conseguiu” fazer com que indivíduos se sentam culpados pelo fracasso de suas carreiras e por suas incapacidades de inserção no mercado de trabalho, os levando a buscar nas possibilidades do digital uma alternativa.

Contudo, o isolamento social como uma prática atual (por causa do Covid-19) transformou a sociedade em consumidores extremados do on-line enxergando o neoliberalismo como uma forma de inserção, não mais pela *troca* e sim pela *concorrência*. A internet, nesse modelo, pode se transformar em instrumento de controle e de precarização do trabalho, tendo como exemplos os trabalhadores entregadores de aplicativo.

Dentro das malhas neoliberais do indivíduo “livre” para escolher seu próprio trabalho, ou seja, autônomo se escondem a precarização, a exploração, e uma forma de escravidão do trabalhador tendo como aliada uma ferramenta informacional extremamente complexa. Esse sistema neoliberal fez com que os trabalhadores tenham que arcar com a compra de chips de celular, com smartphones caros, planos de dados (também cada vez mais caros e de baixa qualidade), comida, etc.

(...) a chamada uberização do trabalho somente pode ser compreendida e utilizada como uma expressão dos *modos de ser* do trabalho que se expandem nas plataformas digitais, em que relações de trabalho são cada vez mais individualizadas (sempre

que possível) e invisibilizadas, de modo a assumir a *aparência* de prestação de serviços (FILGUEIRAS e ANTUNES, 2020, p. 64-65).

Assim, uma razão que se volta para o mercado, ou seja, o econômico em uma sociedade altamente tecnológica e digitalizada, aponta para a produção e venda de dados suas ferramentas de captura de subjetividade mais fortes e mais racionais:

A racionalidade neoliberal tem como característica principal a generalização da concorrência como norma de conduta e da empresa como modelo de subjetivação. O termo *racionalidade* não é empregado aqui como um eufemismo que nos permite evitar a palavra “capitalismo” (DARDOT e LAVAL, 2016, p. 17).

Essa razão, parece ter se transformado em uma lógica, que visaria se tornar um guia para a vida, uma conduta, já que:

O neoliberalismo é a *razão do capitalismo contemporâneo*, de um capitalismo desimpedido de suas referências arcaizantes e plenamente assumido como construção histórica e norma geral da vida. O neoliberalismo pode ser definido como um conjunto de discursos, práticas e dispositivos que determinam um novo modo de governo dos homens segundo o princípio universal da concorrência (p. 17).

Já para o filósofo francês Foucault (2008; 2010) a ideia por trás do empresário de si mesmo, a questão de ser seu próprio patrão aponta para as potencialidades de pertencimento a uma lógica de auto-gestão, e de uma política de liberdade, de ser livre:

Se a subjetividade qualquer não constrói nem exprime sua cooperação como estratégia política, ela pode ser, por sua vez, construída e expressa como “dividual”, ou seja, como amostra de clientela, e os bens comuns que cria e realiza são agora reduzidos a novos mercados para a empresa (LAZZARATO, 2006, p. 182).

E ser seu próprio dono é também ser sua própria empresa, arcando com etapas de trabalho que vão além do ato de trabalhar:

Os processos de criação e efetuação de mundos serão doravante indissociáveis de uma política de redes, de fluxos e de memórias artificiais. A circulação da palavra (agenciamentos de enunciados), das imagens (percepção comum), dos conhecimentos, das informações e dos saberes (inteligência comum) é o lugar de enfrentamento, ao mesmo tempo estético e tecnológico, espaço de uma batalha pela criação do sensível e dos dispositivos de expressão que o efetuam (LAZZARATO, 2006, p. 159).

Esse modelo de gestão laboral neoliberal tem como meta vigiar os usuários (próximo de uma governabilidade virtual) apontando para os modelos de controle dos indivíduos através de artifícios e ferramentas, tendo como base, a liberdade de uma interação informacional via web. Um pouco antes, Foucault na obra “O nascimento da biopolítica” escrita nos anos 1970, na qual apontou os modos como o neoliberalismo acabaria interferindo na vida social das pessoas, tendo o mercado, e uma lógica de inserção, como seu principal aliado.

[...] o governo neoliberal não tem de corrigir os efeitos destruidores do mercado sobre a sociedade. Ele não tem que construir, de certo modo, um contraponto ou um anteparo sobre a sociedade e os processos econômicos. Ele tem de intervir sobre a própria sociedade em sua trama e espessura. No fundo, ele tem de intervir nesta sociedade para que os mecanismos concorrenciais, a cada instante e em cada ponto da espessura social, possam ter o papel de reguladores – e é nisso que a sua intervenção vai possibilitar o que é seu objetivo: a constituição de um regulador de mercado geral da sociedade (FOUCAULT, 2008, p. 199).

Nessas espessuras nas quais o neoliberalismo adentrou, tendo como parâmetro o modelo atual de sociedade informacional-digital e não o modelo descrito por Foucault em sua época (1970/80), surge a dimensão do on-line e sua maneira de se tornar “necessário” aos indivíduos, podendo esconder aspectos exploratórios. O trabalho, enquanto uma necessidade de vida parece ter sido imbricada com a noção de liberdade, por exemplo, no chamado *Digital Labour* (LISDERO e SCRIBANO, 2019), uma forma de chamar esse novo jeito de trabalhar na sociedade informacional, que não estando separado por barreiras, e sim dentro de uma ubiquidade. Assim, esse tipo de trabalho digital como fruto de uma imersão constantemente conectada ao digital e ao virtual:

We live in a digital/virtual connected world shaped by technological transformation of the last 10 years. Internet and mobile telephony are two vectors that set the stage of three strong changes in the politics of the sensibilities: (a) the organization of day/night unlinked to the experience of the subjects that experience it, (b) the modification of the sensations of classification and (c) valuations on world modifications¹⁷ (SCRIBANO, 2019, p.15).

Como aqui apresentei, essa nova massa de trabalhadores no contexto de crise global, estaria espalhada em variados seguimentos, em especial, os influenciadores digitais e os trabalhadores de apps. Que apresentam questões acerca do uso da imagem de si e da interação constante como elementos mais emergentes para uma análise sociológica. Tendo nos entregadores de apps e sua imersão 24/7 somada às suas circularidades no digital, ou seja, uma exploração psíquica (Han, 2018), possibilitam um (novo) tipo de trabalho a partir da interação digital.

Na gestão de um formato de vida voltado ao on-line ou de existências no âmbito digital, parece impor uma nova interação entre indivíduos que amalgamam conceitos discutidos por alguns teóricos do século XX e XXI, como Foucault (2006, 2008, 2010), Deleuze (2020), Lazzarato (2006), Han (2018, 2019) e Zuboff (2021). Assim, ousar chamar

¹⁷ Vivemos em um mundo digital/virtual conectado e moldado pela transformação tecnológica dos últimos 10 anos. Internet e telefonia móvel são dois vetores que configuram o cenário de três fortes mudanças na política das sensibilidades: (a) a organização do dia/noite desvinculada da experiência dos sujeitos que a vivenciam, (b) a modificação das sensações de classificação e (c) avaliações sobre as modificações do mundo. (Tradução do autor).

esses indivíduos de *Homo Panopticus*¹⁸. Ou seja, um indivíduo que pode ser o sujeito que sente a ubiquidade da internet e exemplificado nos trabalhadores empreendedores do digital:

O sujeito contemporâneo é um empreendedor de si mesmo que se autoexplora. Ao mesmo tempo, é um fiscalizador de si próprio. O sujeito autoexplorador traz consigo um campo de trabalhos forçados, no qual é ao mesmo tempo carrasco e vítima. Como sujeito que expõe e supervisiona a si próprio, ele carrega um pan-óptico no qual é, de uma só vez, o guarda e o interno. O sujeito digitalizado e conectado é um *pan-óptico de si mesmo*. Dessa forma, o monitoramento é delegado ao todos os indivíduos. (HAN, 2018, p. 85).

O simples ato de *poder ser seu próprio chefe* (trabalhando em casa), com isso, expor suas opiniões e gostos sem o controle disciplinar direto de uma chefia hierárquica criou uma necessidade de interação on-line entre quem produz os conteúdos e aqueles que os consomem parece um contexto de liberdade. Dentro de um ecossistema digital, através de uma constante coleta de dados criados por usuários, as plataformas e as *Big Tech* seriam uma mescla de empresa, de software e hardware, além de uma ampla infraestrutura digitalizada. E essa forma de pensar a liberdade pode mostrar-se uma captura: onde a tecnologia de ponta e suas ferramentas interativas (mídias digitais e apps) esconderiam um modelo de vigilância que tornaria os indivíduos em mercadorias.

Conclusões finais

Ser seu próprio dono ou tornar-se empresário de si mesmo, significa não estar preso a uma ideia de confinamento, sendo livre para decidir sobre sua empregabilidade. Somado à expressão da digitalização da vida e atrelada à necessidade de aceitação de um mundo on-line, ao mesmo tempo, em que versa sobre o social, acaba por se dar um deslocamento subjetivo sobre o que seria o trabalho. Os seguidores e as buscas por boas qualificações como nos apps de mobilidade (como ganhar 5 estrelas) “obrigam” os indivíduos a prestação de contas para se manterem bem reputados, legítimos e autênticos aos olhos de um público buscado: os seguidores tornados clientes no digital.

Com a recorrente digitalização das instituições sociais nos últimos anos, tendo como ponto culminante o ano de 2020 e a crise sanitária global causada pela pandemia de Covid-19, que impôs um deslocamento para o on-line de relação sociais, principalmente as

¹⁸ *Homo panopticus*, neologismo que faz referência ao monstro mitológico *Argos Panoptes* que possuía mais de cem olhos em sua face, fato que o impossibilitaria de descansar, dessa forma estaria sempre olhando algo, sempre vigiando, sempre buscando. A analogia ao monstro mitológico pode ser encarada como ideal para uma sociedade que consome a vigilância e a exposição, desenvolvendo inúmeras ferramentas e dispositivos que tornem essas ações ainda mais refinadas, como as redes sociais *on-line* e os aplicativos de relacionamentos.

atividades laborais e os indivíduos-empresas e o trabalho tornado uma necessária prática digitalizada.

Em suma, este trabalho apresentou certas assertivas e exemplos acerca dos usos e possibilidades da inserção social no digital como uma alternativa de trabalho no contexto social brasileiro. E os problemas decorrentes da gradual inserção da população brasileira em um novo modelo de neoliberalismo tendo como um aliado estratégico o capitalismo de vigilância, como teorizado por Zuboff (2021). Assim, a digitalização do trabalho foi apresentada como uma emergência e não mais uma oportunidade de trabalho aos indivíduos (engolidos pelo grande mundo interativo), escondendo na ideia de inserção uma pungente forma de exclusão social, o aspecto mais marcante do capitalismo praticado pelas grandes empresas de tecnologia tais como Google, Facebook, Amazon, Microsoft etc.

Referências

- ALLMER, Thomas. Foreword. IN: LISDERO, Pedro. SCRIBANO, Adrian (editores). **Digital Labour, Society and the Politics of Sensibilities**. Palgrave Macmillan, (eBook), 2019.
- ANTUNES, Ricardo. Trabalho intermitente e uberização do trabalho no limiar da Indústria 4.0. IN: ANTUNES, Ricardo (org.). **Uberização, Trabalho Digital e Indústria 4.0**. São Paulo: Boitempo editorial, 2020.
- BENTHAM, Jeremy. **O panóptico**. Belo Horizonte: Autêntica, 2008.
- BROWN, Wendy. **Les habits neufs de la politique mondiale. Néolibéralisme et néoconservatisme**. Paris: Les Praires ordinaires, 2007.
- BROWN, Brian A. QUAN-HAASE, Anabel. **“A Workers’ Inquiry 2.0”: An Ethnographic Method for the Study of Produsage in Social Media Contexts**. *tripleC* 10 (2): 488-508.
- CARMO, Paloma. DUARTE, Felipe. GOMES, Ana Bárbara. **Inclusão digital como política pública. Brasil e América do Sul em perspectiva**. Belo Horizonte: Instituto de Referência em Internet e Sociedade, 2020. Disponível em: <<https://bit.ly/2A8Ix4p>>.
- CRARY, Jonathan. **24/7 Capitalismo tardio e os fins do sono**. São Paulo: Cosac Naify, 2014.
- DARDOT, Pierre; LAVAL, Christian. **A nova razão do mundo**. São Paulo: Boitempo Editorial, 2016.
- DELEUZE, Gilles. **Conversações**. São Paulo: Editora 34, 2020.

- DUBAR, Claude. **Construção das identidades sociais e profissionais**. Porto: Porto Editora, 1997.
- ENGLERT, Sai. WOODCOCK, Jamie. CANT, Callum. **Operaísmo Digital: tecnologia, plataformas e circulação das lutas de trabalhadores**. Revista Fronteira – estudos midiáticos 22(1) 47-58 janeiro/abril 2020.
- FILGUEIRAS, Vitor. ANTUNES, Ricardo. Plataformas digitais, uberização do trabalho e regulação no capitalismo contemporâneo. IN: ANTUNES, Ricardo (org.). **Uberização, Trabalho Digital e Indústria 4.0**. São Paulo: Boitempo editorial, 2020.
- FOUCAULT, Michel. **Em defesa da sociedade**. São Paulo: Martins Fontes, 2010.
- FOUCAULT, Michel. **Nascimento da Biopolítica: curso dado no Collège de France (1977-1978)**. São Paulo: Martins Fontes, 2008.
- FOUCAULT, Michel. **Vigiar e Punir**. Petrópolis/RJ: Vozes, 2006.
- HAN, Byung-Chul. **Psicopolítica – O neoliberalismo e as novas técnicas de poder**. Belo Horizonte/Veneza: Editora Âyiné, 2018.
- HAN, Byung-Chul. **A salvação do belo**. Petrópolis/RJ: Vozes, 2019.
- IBGE, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Dados coletados em: <https://www.ibge.gov.br/>
- LAZZARATO, Maurizio. **As revoluções do Capitalismo**. São Paulo: Civilização Brasileira, 2006.
- LÉVY, Pierre. **O que é o Virtual?** Rio de Janeiro: Ed. 34, 1996.
- LISDERO, Pedro. SCRIBANO, Adrian [Edi.]. **Digital Labour, Society and the Politics of Sensibilities**. Palgrave Macmillan, (eBook), 2019.
- LOVELUCK, Benjamin. **Redes, Liberdades e Controle. Uma genealogia política da internet**. Petrópolis/RJ: Vozes, 2018.
- LUPTON, Deborah. **Digital Sociology**. New York and London: Routledge, 2015.
- MISKOLCI, Richard. BALIEIRO, Fernando de F. **Sociologia Digital: balanço provisório e desafios**. Revista Brasileira de Sociologia. Vol. 06, nº 12. Jan-Abr. 2018.
- MORI, Cristina. **Políticas públicas para inclusão digital no Brasil**. SER Social, v. 13, n. 29, p.238-240, 7 mar. 2012. Disponível em: <<https://bit.ly/2X29P5D>>.
- MOROZOV, Yevgeny. **Big Tech. A ascensão dos dados e a morte da política**. São Paulo: Ubu Editora, 2018.
- RÜDIGER, Francisco. **As teorias da Cibercultura. Perspectivas, questões e autores**. Porto Alegre: Sulina, 2016.

SILVEIRA, Sérgio Amadeu da. A noção de modulação e os sistemas algorítmicos. IN: SOUZA, Joyce; AVELINO, Rodolfo; SILVEIRA, Sérgio Amadeu da (orgs.). **Sociedade de controle. Manipulação e modulação nas redes sociais**. São Paulo: Hedra, 2018.

WOODCOCK, Jamie. O panóptico algorítmico da Deliveroo: mensuração, precariedade e a ilusão de controle. IN: ANTUNES, Ricardo (org.). **Uberização, Trabalho Digital e Indústria 4.0**. São Paulo: Boitempo editorial, 2020.

ZUBOFF, Shoshana. **A era do Capitalismo de Vigilância. A luta por um futuro humano na nova fronteira do poder**. Rio de Janeiro: Intrínseca, 2021.

*Julio Marinho Ferreira - Doutorando em Sociologia pela UFPel,
bolsista Capes. Email: juliomarferre@hotmail.com*